

Presidente da República

Flávio supera cenário das principais pesquisas e chega ao segundo turno à frente de Lula

Candidato do PL inverte vantagem numérica registrada por Datafolha e Quaest; disputa pelo Planalto será decidida em 25 de outubro.

Página 4



Senado

Gayer e Gracinha são eleitos ao Senado e Vanderlan fica sem novo mandato

Bolsonarista lidera votação, enquanto ex-primeira-dama assegura uma das duas cadeiras para o grupo de Caiado e Daniel.

Página 6

# TRIBUNA DO PLANALTO



Ano 40 • Nº 1.865 • R\$ 2  
Goiânia, de 04 a 10 de outubro de 2026

40 ANOS  
Informação  
que conecta  
gerações

Eleições 2026

## Daniel ultrapassa 2 milhões de votos e é reeleito no primeiro turno da eleição

Aliança com Caiado e apoio dos prefeitos sustentam vitória do MDB; Marconi aparece em quarto, atrás de Wilder e Luis Cesar.

Página 6

ESCOLA

Jovens chegam ao ensino médio, mas 1 em cada 5 não conclui a etapa

Foto: Seduc/GO



79% dos estudantes concluem o ensino médio até dois anos após o tempo previsto. Em Goiás, 85% dos jovens chegam aos 19 anos com a etapa concluída.

Página 14 e 15

Segundo turno

Lula x Flávio iniciam campanha de 20 dias

Com Daniel Vilela eleito em primeiro turno, goianos voltarão às urnas apenas para decidir a Presidência em 25 de outubro.

Página 9

Segurança

Índices de criminalidade caem na gestão Daniel Vilela

Dados da SSP-GO apontam redução de até 70% em modalidades de roubos e furtos em 2026; veículos, comércio e crimes contra pedestres também apresentam queda.

Página 11



Caiado

A aposta que não virou onda

O projeto presidencial dependia de transformar a experiência de Goiás em uma narrativa nacional.

Página 8

Legislativo

Eleição renova bancadas de Goiás em Brasília e na Assembleia

Bruno Peixoto e Carol do Amiltinho lideram votação para Câmara e Alego.

Página 5

Mobilidade

Goiânia investe na melhoria do transporte coletivo com renovação de toda a frota até 2027

Modernização do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia inclui novos veículos, tecnologias e melhorias para os usuários.

Página 13





## Editorial

### A direita dá as cartas

O primeiro turno das eleições de 2026 deixa uma mensagem que vai além da disputa presidencial: a direita consolidou sua força no Brasil. O movimento não é isolado. Em diferentes democracias, partidos e lideranças conservadoras vêm ampliando espaço, impulsionados pelo desgaste das estruturas políticas tradicionais, pela insatisfação econômica, pela insegurança e pela polarização.

No Brasil, o resultado confirma essa tendência. A disputa pela Presidência caminha para um segundo turno entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro, mas, qualquer que seja o desfecho, o país sairá desta eleição com um Congresso de perfil mais à direita.

Goiás oferece uma fotografia desse cenário. Gustavo Gayer, do PL, e Gracinha Caiado, do União Brasil, foram eleitos para as duas cadeiras do Senado. Gayer representa a direita radical; Gracinha, o campo conservador, embora com trajetória política distinta. A mensagem das urnas é clara.

O fenômeno se repete em escala nacional. A direita ampliou sua presença nas duas Casas do Congresso e deverá exercer forte influência sobre a agenda política dos próximos anos. A próxima legislatura tende a ser marcada por um Legislativo mais conservador e menos disposto a simplesmente acompanhar a agenda do Executivo.

Isso terá consequências. Segurança pública, costumes, relação com o Supremo, anistia e limites entre os Poderes estarão no centro das disputas. A direita terá condições de pautar temas, formar majorias e pressionar o governo, qualquer que seja o presidente eleito.

É preciso, contudo, não confundir força eleitoral com cheque em branco. O Congresso continuará plural, e interesses regionais, econômicos e partidários determinarão alianças e votações.

Se Lula vencer Flávio Bolsonaro, terá conquistado a Presidência, mas precisará governar diante de um Congresso fortalecido à direita. Se Flávio vencer, encontrará terreno legislativo ainda mais favorável.

Em qualquer dos casos, a eleição de 2026 marca uma mudança no equilíbrio de forças. A direita deixou de ser apenas uma força de oposição. As urnas indicam que ela chegou novamente ao centro da disputa pelo poder e deverá dar as cartas no Brasil nos próximos quatro anos.

## Artigo

### Como diferentes vozes podem fortalecer a democracia?

A palavra democracia deriva da junção de dois vocábulos do grego antigo: demos, que significa “povo”, e kratos, que pode ser traduzido como “poder” ou “governo”. A partir dessa origem etimológica, podemos compreendê-la, em seu sentido mais elementar, como o governo do povo e, portanto, como uma forma de organização política na qual o poder não pertence a uma única pessoa, mas encontra sua legitimidade na vontade popular.

Em uma democracia, o Estado não pode ser compreendido como propriedade ou extensão de vontade do governante, que encontra limites na Constituição, leis e, sobretudo, na soberania popular. O caso do Brasil é emblemático, já que temos expressamente no parágrafo primeiro do artigo primeiro da Constituição que todo poder emana do povo.

Todavia, não podemos compreender a vontade do povo simplesmente como a vontade da maioria. Se fosse assim, qualquer decisão da maioria, por mais absurda que fosse, seria considerada, necessariamente, democrática.

Ela pressupõe o reconhecimento de que a sociedade é formada por pessoas e grupos que possuem

experiências, interesses, valores, culturas e perspectivas completamente diferentes. Por isso, um governo verdadeiramente plural não pode se limitar a ouvir apenas as vozes que conseguem reunir maior número de pessoas. É necessário garantir espaço para que as minorias sejam ouvidas, possam participar do debate público e tenham seus direitos protegidos.

Diferentes vozes não enfraquecem a pluralidade. Ao contrário: quando perspectivas plurais se manifestam livremente, confrontando ideias, discordando umas das outras e participando da construção das decisões, elas ampliam o espaço democrático. Compreender que permitir a fala do outro é garantir a sua liberdade, mas escutá-lo é reconhecer a sua existência como válida.

Essa complexa passagem da simples possibilidade de expressão para a efetiva disposição de ouvir diferentes vozes é o que nos permitirá, de fato, fortalecer a democracia.

Assim, tornar o governo atual mais forte não significa que tenhamos que fazer com que todas as pessoas pensem da mesma maneira. Se todos concordam,

talvez, em verdade, algumas vozes não estão sendo ouvidas. A divergência, por si só, não representa uma ameaça.

Precisamos distinguir liberdade de expressão de liberdade para impedir a expressão do outro, pois ter o direito de falar não significa ter o direito de impedir que o outro fale e, principalmente, defender uma determinada posição política, religiosa, social ou cultural não deveria significar a negativa aos demais do direito de defender posições.

É importante conceber que fortalecer a democracia não é apenas garantir que diferentes pessoas tenham um espaço de fala, mas, também, uma cultura política na qual haja uma verdadeira disposição para ouvir.



**Francisco Vilas Boas**, professor, doutor em Direito, pós-doutor em Filosofia e autor de *Eu não tenho lugar de fala*.

## Artigo

### Precisamos falar sobre a ansiedade na juventude democracia?

“É frescura”. “Na minha época ninguém tinha isso”. “É só não pensar nisso”. Frases assim ainda aparecem quando crianças, adolescentes e jovens tentam falar sobre o que sentem. O problema é que aquilo que costuma ser tratado como exagero pode esconder um sofrimento real. Se a ansiedade é hoje o transtorno de saúde mental que mais afeta essa população no Brasil, ignorá-la já não é apenas uma questão de comportamento: é uma questão de saúde pública.

A juventude sempre conviveu com inseguranças,

mudanças e descobertas. A diferença é que, hoje, boa parte delas acontece sob exposição permanente. Redes sociais ampliam comparações, expectativas e cobranças. A vida do outro parece estar sempre disponível como medida de sucesso. Soma-se a isso a pressão por desempenho escolar, escolas profissionais e aprovação social. Para muitos jovens, parece ser necessário demonstrar que se está vivendo bem.

Nesse cenário, falar sobre ansiedade não significa transformar qualquer tristeza ou preocupação em doença. Significa oferecer repertório

para reconhecer o sofrimento e compreender quando ele deixa de ser passageiro e começa a interferir na vida.

A família ocupa um lugar decisivo nesse processo. Muitas vezes, a primeira reação diante da angústia de um jovem é tentar eliminá-la com conselhos: “não pensa nisso”, “vai passar”, “você tem tudo para estar bem”. A intenção pode ser proteger, mas o efeito pode ser o oposto.

Antes de procurar uma solução, é preciso criar espaço para a escuta. Mudanças persistentes no sono, no comportamento, no rendi-

mento escolar ou no convívio social não devem ser automaticamente interpretadas como “fase”.

A escola, por sua vez, não precisa — nem deve — assumir o papel de consultório. Mas não pode ignorar o sofrimento que atravessa seus corredores. Professores e equipes pedagógicas podem ajudar a identificar mudanças, abrir espaços seguros de conversa e encaminhar os estudantes para o cuidado adequado.

Falar sobre ansiedade, portanto, é combater o silêncio que frequentemente atrasa os diagnósticos. Entre chamar

de “frescura” e transformar toda dificuldade em transtorno, existe um caminho mais responsável: escutar, observar e saber quando buscar ajuda.



**Karina Picon**, psicóloga, palestrante e autora do livro *Arte de Sentir*, que convida o leitor a criar um espaço de pausa, expressão e reconexão consigo mesmo



**Fundador e Diretor-Presidente**  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

**Diretor de Produção**  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

**Editores**  
Andréia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

**Departamento Comercial**  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a Tribuna do Planalto em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais

f Tribunadoplanalto  
@Tribunaplanalto

**Endereço e telefone:**  
Av. Anhanguera, Sala 1601, Qd. 74 Lt. 9A/11  
Palácio do Comércio: Cep 74.043-010  
Fone: (62) 3434-1516





# Tribuna Política

Domingos Ketelbey  
dksilveira@gmail.com

## Palanque para Flávio

Gustavo Mendanha (PRD) já definiu o caminho que pretende seguir caso Flávio Bolsonaro (PL) avance ao segundo turno da disputa presidencial. Em entrevista ao Domingos Conversa, o ex-prefeito de Aparecida afirmou que vai trabalhar pela candidatura do senador e ajudar a montar um palanque forte em Goiás.

## Pontes abertas

A movimentação das últimas semanas ajuda a preparar esse terreno. Mesmo integrante da base do governador Daniel Vilela (MDB), Mendanha recebeu apoio ao Senado de nomes identificados com o bolsonarismo. Maria Yvelônia (PL), Humberto Teófilo (Novo) e Raphael Barra (PL) defenderam voto conjunto em Gustavo Gayer (PL) e Mendanha. A aproximação cria pontes que podem permanecer abertas depois deste domingo.

## Conta de segunda-feira

O resultado das urnas também vai reorganizar as forças dentro da base governista. MDB, PSD, União Progressista, Republicanos e PRD-Solidariedade atravessaram a campanha juntos na eleição estadual, mas não necessariamente têm o mesmo alinhamento na disputa presidencial. Um eventual segundo turno nacional obrigará as legendas e suas principais lideranças a explicitar novamente suas posições.

## Dois palanques

A possibilidade de segundo turno presidencial também recoloca uma questão para Daniel Vilela. O governador construiu uma aliança estadual ampla, com partidos e lideranças que apoiam projetos presidenciais distintos. A composição reúne desde aliados de Ronaldo Caiado até políticos que mantêm proximidade com o bolsonarismo. A votação deste domingo definirá quais dessas diferenças continuarão relevantes na etapa seguinte da eleição.

## Gayer no tabuleiro

Gustavo Gayer também entra nessa conta. Durante a campanha ao Senado, o deputado reconheceu que eleitores passaram a combinar seu voto com o de Mendanha, embora tenha mantido Oséias Varrão como sua escolha formal para a segunda vaga. A circulação do chamado voto “Gu-Gu” criou um canal político entre eleitorados de candidaturas que estavam formalmente em campos diferentes.

## Caiado depois da urna

Ronaldo Caiado chega ao domingo com projeto presidencial próprio. Caso não avance, a posição que adotar no segundo turno passa imediatamente ao centro das articulações nacionais e estaduais. Durante a campanha, aliados de Daniel Vilela dividiram-se entre o projeto presidencial do ex-governador e aproximações com outros campos políticos. O resultado definirá o cenário concreto dessa discussão.

## Apelo por desistência

Cresceu após o debate cancelado da Globo um apelo de bolsonaristas para que Caiado desista da eleição logo no primeiro turno. O movimento, que tem Gayer como um dos puxadores, sustenta que se a eleição for para o segundo turno, Lula poderá vencer as eleições. Caiado, no entanto, sustenta caminho até o fim.



Foto: Agência Câmara

Magda Mofatto foi uma das que mais recebeu dinheiro para campanha

## Menos de 10% dos candidatos concentram metade dos recursos públicos na disputa por federal em Goiás

Menos de 10% dos candidatos a deputado federal em Goiás concentram aproximadamente R\$ 50 milhões em recursos públicos de campanha, o equivalente a cerca da metade de todo o montante repassado às candidaturas que disputam as vagas do Estado na Câmara dos Deputados. O levantamento, feito às vésperas da realização do primeiro turno das eleições neste domingo (4), considera valores declarados à Justiça Eleitoral provenientes do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Partidário.

O volume mostra o grau de concentração do financiamento eleitoral na reta final da campanha. Enquanto um grupo restrito recebeu aportes milionários das direções partidárias, dezenas de candidatos chegaram às vésperas da eleição com uma fração desses valores.

Entre os nomes no topo, estão Magda Mofatto (PL), Silvye Alves (União Brasil) e Lucas Calil (PRD), com cerca de R\$ 3 milhões em recursos públicos cada. Flávia Morais (MDB) aparece com R\$ 2,9 milhões, seguida por Adriana Accorsi (PT) e Adriano do Baldy (PP), ambos na faixa de R\$ 2,8 milhões.

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), Bruno Peixoto, e o deputado federal José Nelto, ambos do União Brasil, receberam cerca de R\$ 2,5 milhões cada. Delegado Waldir, também do União, aparece com aproximadamente R\$ 2,4 milhões.

A distribuição dos recursos também permite identificar onde os partidos concentraram suas apostas financeiras para a Câmara. O União Brasil lidera entre as legendas na disputa em Goiás, com aproximadamente R\$ 15,6 milhões em recursos públicos destinados aos seus candidatos.

PSD aparece com R\$ 9,2 milhões. PP e PSDB têm cerca de R\$ 8,4 milhões cada, enquanto Republicanos e MDB estão na faixa de R\$ 8,2 milhões.

A diferença aparece também dentro das próprias chapas. Há candidatos com repasses próximos ao teto de gastos permitido para a eleição de deputado federal, enquanto outros fazem campanha com valores muito inferiores.

O limite de despesas para cada candidatura à Câmara em Goiás é de R\$ 3,17 milhões. O peso do financiamento público também aparece na composição das receitas das campanhas mais abastecidas. Em vários casos, os recursos partidários representam mais de 90% de tudo o que foi arrecadado.

Silvye Alves e Lucas Calil, por exemplo, têm praticamente toda a receita declarada proveniente de recursos públicos. O mesmo ocorre com Adriana Accorsi. Nas campanhas de Flávia Morais e Delegado Waldir, a participação também se aproxima da totalidade. Os números ainda podem mudar com a prestação de contas definitiva. Receitas e despesas realizadas nos últimos dias de campanha serão incorporadas ao balanço final apresentado à Justiça Eleitoral.

## Crises internas

A distribuição desigual dos recursos públicos não ficou restrita às prestações de contas. Virou motivo de reclamações e disputas internas ao longo da campanha. Pelas regras eleitorais, cabe às direções partidárias estabelecer os critérios de distribuição do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, respeitadas as vinculações legais de gênero e raça.

## No PL, pito público

Candidato a deputado federal, o pastor Fábio Sousa levou a insatisfação para as redes sociais e afirmou que o PL não cumpriu o compromisso financeiro feito para sua candidatura a deputado federal.

## Reconhecimento

A própria legenda reconheceu que uma parcela previamente acertada pelo diretório nacional não havia sido paga. Os números ajudam a dimensionar a diferença: Magda Mofatto recebeu R\$ 3,03 milhões, enquanto Fábio apareceu com R\$ 330 mil nos levantamentos da campanha.

## União concentrou o maior bolo

A Federação União Progressista chegou à reta final com o maior volume de recursos partidários destinado às candidaturas a deputado federal em Goiás. Levantamento das prestações de contas apontava R\$ 23,3 milhões em recursos dos fundos eleitoral e partidário para a chapa. O volume representava praticamente um quarto dos R\$ 94 milhões distribuídos aos candidatos a federal no Estado até aquele momento.

## Ficaram pelo caminho

A eleição termina com nominatas diferentes daquelas montadas nas convenções. Renúncias, indeferimentos e substituições reduziram ou reorganizaram várias chapas. O PSD foi um dos casos mais visíveis: chegou à reta final com uma nominata proporcional bem menor que a de outros partidos da base governista. Pedro Sales virou símbolo da desistência.

## Contraste

O PSD oferece um contraste interessante. Mesmo com uma chapa federal numericamente menor, apareceu entre as legendas com maior volume de recursos públicos destinados à disputa pela Câmara. É uma fotografia de uma estratégia financeira concentrada em menos candidaturas, sem que isso permita antecipar desempenho nas urnas.

## Desistências

Além das disputas por dinheiro, a campanha proporcional foi marcada por candidatos que abandonaram a corrida depois do registro. Houve baixas em MDB, PSD, Republicanos, União Brasil, Novo, PSDB/Cidadania, PRD-Solidariedade e outros grupos. Parte das vagas foi preenchida; outras permaneceram abertas.

## A conta final vem depois

O domingo encerra a disputa nas urnas, mas não fecha as contas. Os números disponíveis agora ainda podem mudar com receitas e despesas da reta final. A prestação definitiva permitirá confrontar o investimento de cada partido com a composição das bancadas eleitas, sem tratar volume de recursos como previsão de resultado.



## Eleições 2026



# Flávio supera cenário das principais pesquisas

## e chega ao segundo turno à frente de Lula

Candidato do PL inverte vantagem numérica registrada por Datafolha e Quaest; disputa pelo Planalto será decidida em 25 de outubro

» Domingos Ketelbey

O senador Flávio Bolsonaro (PL) chega ao segundo turno da eleição presidencial à frente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), invertendo a ordem registrada pelas principais pesquisas divulgadas na véspera da votação. Com 97,36% das seções totalizadas, o candidato do PL tinha 47,39% dos votos válidos, contra 44,74% do petista. A disputa será decidida em 25 de outubro.

Na atualização das 20h57 deste domingo (4), Flávio somava 55.173.543 votos, enquanto Lula registrava 52.091.006. A diferença era de pouco mais de 3 milhões de votos. A contagem ainda prosseguia no fechamento desta edição.

O resultado muda a posição dos dois na disputa. Flávio abre a próxima etapa com a vantagem de quem terminou à frente na votação. Lula, que buscava confirmar nas urnas a liderança numérica dos levantamentos, terá de recuperar terreno para conquistar um quarto mandato.

### A inversão nas urnas

Na última pesquisa Datafolha, Lula aparecia com 45% dos votos válidos e Flávio, com 42%. A diferença configurava empate técnico, considerada a margem de erro de dois pontos percentuais. O levantamento ouviu 4.006 eleitores em 2 e 3 de outubro, em 122 municípios.

A Quaest também mostrava o presidente numericamente à frente, com 46%, contra 45% do senador. Nesse caso, a distância era ainda

menor e igualmente estava dentro da margem de erro. A surpresa está no desempenho de Flávio e na inversão da ordem, sem que isso permita dizer que os levantamentos

apontavam vitória assegurada do petista.

Antes mesmo da apuração, Flávio apostava na migração de eleitores de outras candidaturas. Ao votar no Rio

de Janeiro, afirmou: “Tem um movimento claro de voto de revolta já nesse primeiro turno”. A declaração expressava a leitura de sua campanha sobre a reta final.





Eleições 2026

Câmara Federal

# Bruno Peixoto lidera lista de deputados federais eleitos por Goiás

Candidato do União recebeu 198.723 votos; Adriana Accorsi e Fred Rodrigues aparecem na sequência

» Andréia Bahia

Goiás definiu os 17 deputados federais que representarão o Estado na Câmara dos Deputados. Com 97,48% das seções apuradas, Bruno Peixoto (União) aparece como o candidato mais votado, com 198.723 votos, o equivalente a 5,65% dos votos.

Na segunda colocação está Delegada Adriana Accorsi (PT), com 173.967 votos (4,95%), seguida por Fred Rodrigues (PL), que recebeu 150.491 votos (4,28%).

Flávia Morais (MDB) ficou em quarto lugar, com 138.939 votos (3,95%), seguida

Veja os deputados federais eleitos por Goiás

1. Bruno Peixoto (União) — 198.723 votos (5,65%)
2. Delegada Adriana Accorsi (PT) — 173.967 votos (4,95%)
3. Fred Rodrigues (PL) — 150.491 votos (4,28%)
4. Flávia Morais (MDB) — 138.939 votos (3,95%)
5. Lucas do Vale (PSD) — 125.914 votos (3,58%)
6. Magda Mofatto (PL) — 125.186 votos (3,56%)
7. Adriano do Baldy (PP) — 118.441 votos (3,37%)
8. Daniel Agrobom (PSD) — 112.871 votos (3,21%)
9. José Nelto (União) — 109.114 votos (3,10%)
10. Lucas Calil (PRD) — 106.833 votos (3,04%)
11. Major Vitor Hugo (PL) — 102.878 votos (2,92%)
12. Célio Silveira (MDB) — 101.247 votos (2,88%)
13. Rubens Otoni (PT) — 98.511 votos (2,80%)
14. Glaustin da Fokus (Podemos) — 95.496 votos (2,72%)
15. Marussa Boldrin (Republicanos) — 85.957 votos (2,44%)
16. Silvye Alves (União) — 77.320 votos (2,20%)
17. Fábio Sousa (PL) — 43.155 votos (1,23%)



Foto: Hellenn Reis/Alego

Bruno Peixoto (União) aparece como o candidato mais votado, com 198.723 votos, o equivalente a 5,65% dos votos

por Lucas do Vale (PSD), com 125.914 (3,58%), e Magda Mofatto (PL), com 125.186 votos (3,56%).

Aava Santiago, do PSB, obteve mais de 122 mil votos, ficando entre os sete candidatos a deputado federal mais bem votados, mas não alcançou o coeficiente partidário.

Composição por partido

A bancada eleita por Goiás reúne representantes de diferentes forças políticas.

PL e União aparecem com três deputados cada. PT, MDB e PSD elegem dois parlamentares cada.

Também conquistam cadeiras PP, PRD, Podemos e Republicanos, com um deputado cada.

A composição mostra uma bancada diversificada, com representantes de partidos que integram diferentes campos políticos e que terão atuação na Câmara dos Deputados a partir da próxima legislatura.

Assembleia

# Carol do Amiltinho lidera relação de deputados estaduais eleitos em Goiás

Candidata do MDB recebeu 106.902 votos; Fabrício Rosa e Paulo do Vale aparecem na sequência

» Redação

A eleição para a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) terminou com Carol do Amiltinho (MDB) como a candidata mais votada. Ela recebeu 106.902 votos, o equivalente a 3,02% dos votos válidos.

Na segunda posição ficou Fabrício Rosa (PT), com 80.370 votos (2,27%), seguido por Paulo do Vale (PSD), com 72.409 votos (2,05%). Issy Quinan (MDB) aparece em quarto, com 70.046 votos (1,98%), e Amauri Ribeiro (PL) completa os cinco mais votados, com 67.961 votos (1,92%).

A nova composição da Assembleia Legislativa de Goiás reúne representantes de diferentes partidos, com **MDB**, **PT**, **União** e **PL** entre as siglas com maior número de nomes na lista. Os números acima correspondem ao **resultado final informado na apuração**, após a totalização dos votos para a disputa proporcional da Assembleia Legislativa de Goiás.



Foto: Reprodução

Carol do Amiltinho recebeu 106.902 votos, o equivalente a 3,02% dos votos válidos

Veja a lista dos deputados estaduais eleitos em Goiás

1. Carol do Amiltinho (MDB) — 106.902 votos (3,02%)
2. Fabrício Rosa (PT) — 80.370 votos (2,27%)
3. Paulo do Vale (PSD) — 72.409 votos (2,05%)
4. Issy Quinan (MDB) — 70.046 votos (1,98%)
5. Amauri Ribeiro (PL) — 67.961 votos (1,92%)
6. GCM Romário Policarpo (Cidadania) — 54.820 votos (1,55%)
7. Virmondes Cruvinel (União) — 52.083 votos (1,47%)
8. Wilde Cambão (União) — 51.865 votos (1,47%)
9. Antonio Gomide (PT) — 50.607 votos (1,43%)
10. Dr. George Morais (MDB) — 49.408 votos (1,40%)
11. Lineu Olimpio (MDB) — 48.674 votos (1,38%)
12. André do Premium (União) — 48.653 votos (1,38%)
13. José Machado (PSDB) — 46.975 votos (1,33%)
14. Cairo Salim (MDB) — 46.882 votos (1,33%)
15. Jamil Calife (PP) — 46.558 votos (1,32%)
16. Lissauer Vieira (PL) — 45.553 votos (1,29%)
17. Charles Bento (MDB) — 44.015 votos (1,24%)
18. Kátia (PT) — 43.097 votos (1,22%)
19. Dr. Amarildo (Novo) — 42.209 votos (1,19%)
20. Bia de Lima (PT) — 41.980 votos (1,19%)
21. Coronel Urzeda (PL) — 39.637 votos (1,12%)
22. Wagner Neto (Solidariedade) — 38.835 votos (1,10%)
23. Eduardo Prado (PL) — 38.790 votos (1,10%)
24. Talles Barreto (União) — 38.607 votos (1,09%)
25. Paulo Cezar Martins (MDB) — 38.496 votos (1,09%)
26. Joscilene do Mangão (Agir) — 38.297 votos (1,08%)
27. Graciele da Arte Trigo (Agir) — 37.079 votos (1,05%)
28. Anderson Teodoro (PRD) — 35.353 votos (1,00%)
29. Alessandro Moreira (PRD) — 35.026 votos (0,99%)
30. Paulin Vai Nele (PRD) — 33.120 votos (0,94%)
31. Coronel Edson Raiado (PSD) — 32.225 votos (0,91%)
32. Henrique César (Podemos) — 31.896 votos (0,90%)
33. Marquinho (PL) — 30.499 votos (0,86%)
34. Cardoso (Republicanos) — 29.680 votos (0,84%)
35. Gustavo Sebba (PSDB) — 27.686 votos (0,78%)
36. Rubens Marques (PSB) — 23.759 votos (0,67%)
37. Bessa (Mobiliza) — 23.226 votos (0,66%)
38. Lucas Kitão (Mobiliza) — 22.517 votos (0,64%)
39. Keke da Vulkanic (Mobiliza) — 21.877 votos (0,62%)
40. Willian Panda (Podemos) — 21.354 votos (0,60%)
41. Neto Karfan (Novo) — 18.423 votos (0,52%)



## Eleições 2026

# Daniel ultrapassa 2 milhões de votos e é reeleito no primeiro turno da eleição

Aliança com Caiado e apoio dos prefeitos sustentam vitória do MDB; Marconi aparece em quarto, atrás de Wilder e Luis César

» Domingos Ketelbey

O governador Daniel Vilela (MDB) foi reeleito neste domingo (4), no primeiro turno, com mais de 2 milhões de votos. Com 97,90% das seções apuradas, o emedebista tinha 2.081.563 votos, ou 59,03% dos válidos. A disputa já estava matematicamente definida no fechamento desta edição.

Daniel repete o feito do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), que liquidou a fatura no primeiro turno tanto em 2018 quanto em 2022. Na primeira eleição, os dois eram adversários. Na segunda, dividiram a chapa, com o emedebista na vice. Agora, Daniel conquista nas urnas um mandato próprio.

O senador Wilder Moraes (PL) aparecia em se-



gundo, com 779.205 votos e 22,10%. O ex-deputado estadual Luis César Bueno (PT) tinha 345.368 votos, ou 9,79%.

Já o ex-governador Marconi Perillo (PSDB), que tentou voltar ao Palácio das Esmeraldas, registrava 307.254 votos e

8,71%. Luciana Amorim (UP) somava 0,33%, e Danilo da Silva (PCO), 0,03%.

A ordem dos adversários também conta parte da eleição. Marconi chegou à apuração atrás de Wilder e do PT. O tucano, que governou Goiás por quatro mandatos, não conseguiu sequer ocupar a segunda posição na disputa contra o sucessor de Caiado.

## Uma vitória construída antes da campanha

Daniel chegou à convenção com 227 dos 246 prefeitos goianos, 12 partidos e o maior tempo de propaganda no rádio e na televisão. Antes de pedir voto na campanha oficial, já havia reunido uma estrutura municipal que deixou pouco espaço para os adversários.

O apoio de mais de nove em cada dez prefeitos deu à candidatura presença no interior e capacidade de mobilização para além do MDB. À força das alianças, Daniel somou a exposição do cargo, assumido com a saída de Caiado para concorrer à Presidência.

A continuidade foi o argumento central. O governador pediu ao eleitor que mantivesse o grupo no poder, agora sob seu comando. Caiado participou dessa construção e esteve ao lado do sucessor até a reta final.

Na sexta-feira (2), os dois caminharam pela Região da 44, em Goiânia, acompanhados de Gracinha Caiado, candidata ao Senado. Daniel pediu apoio para “que, no domingo, a gente possa escolher que Goiás continue seguindo em frente”.

## Agora, o governo é de Daniel

A vitória confirma a aliança que reuniu antigos adversários e permitiu ao MDB retornar ao comando estadual. Daniel assumiu o Executivo neste ano com a tarefa de preservar a base governista e chegou ao fim da disputa sem precisar de uma segunda rodada de votação.

O resultado preserva a presença de Caiado na política estadual, mas dá a Daniel um peso diferente dentro da própria base. A partir de agora, o governador terá sua votação como referência nas negociações com os partidos e as lideranças que participaram da campanha.

A eleição termina no primeiro turno. A disputa por espaço no governo, porém, segue entre os aliados. Daniel terá de acomodar uma coligação de 12 partidos e responder aos prefeitos que sustentaram sua candidatura, ao mesmo tempo em que define as prioridades do mandato conquistado neste domingo.

## Gayer e Gracinha são eleitos ao Senado e Vanderlan fica sem novo mandato

Bolsonarista lidera votação, enquanto ex-primeira-dama assegura uma das duas cadeiras para o grupo de Caiado e Daniel

Talvez esse seja o principal dilema depois de domingo. Caiado terá de decidir se transforma o resultado da eleição em ponto de partida ou em encerramento de um projeto. Uma possibilidade é interpretar a candidatura como uma experiência nacional e voltar a concentrar forças em Goiás. Outra é continuar trabalhando para consolidar o PSD como uma alternativa de centro-direita, tentando manter o espaço que buscou durante a campanha.

Há ainda uma terceira questão, que é o relacionamento com os dois polos que ele tentou superar. A eleição mostrou que a polarização não desapareceu porque surgiu uma terceira candidatura.

Isso não significa necessariamente que a tese de Caiado morreu. Significa que ela não encontrou, nesta elei-

ção, a dimensão eleitoral que ele imaginava. A pergunta para o pós-eleição será justamente essa: Caiado continuará tentando construir esse espaço ou voltará a ocupar um dos campos já estabelecidos da política nacional?

### O maior risco é ficar sem lugar

Caiado construiu sua carreira política em posições muito claras. Foi uma liderança da direita, ocupou espaço no Congresso, tornou-se governador e consolidou uma marca própria em Goiás. A candidatura presidencial foi uma tentativa de dar um salto.

O risco agora é ficar no meio do caminho: não ter conquistado uma dimensão nacional suficiente para disputar novamente a Presidência e, ao mesmo tempo, ter deixado passar a oportunidade de disputar o Senado em 2026.



Esse é o verdadeiro preço da aposta. Mas existe uma diferença importante entre uma candidatura que não alcança seu objetivo eleitoral e uma carreira política que termina.

A questão, portanto, não é se Caiado desaparece



candidatura futura ao Senado. Ou pode tentar preservar, para uma próxima eleição, o espaço que buscou em 2026. Nenhum desses caminhos está definido.

O que está definido é que Caiado fez uma escolha de alto risco. Trocou a possibilidade de uma trajetória mais previsível por uma tentativa de romper o duopólio político que dominou as últimas eleições presidenciais. A tentativa não produziu a onda que ele imaginava.

Mas talvez o verdadeiro julgamento dessa decisão não esteja apenas no número que aparece ao lado de seu nome na apuração. Estará na capacidade de Caiado de transformar uma candidatura presidencial que não se mostrou competitiva em um novo ponto de partida para sua carreira nacional, e não no último capítulo dela.



## Eleições 2026

# A força da direita e o peso do Congresso a partir de 2027

Texto escrito em 4 de outubro de 2026, ainda durante a apuração. Os números correspondem às parciais identificadas abaixo, e as interpretações são provisórias. A continuidade da contagem pode produzir diferenças em relação ao resultado final e exigir ajustes nesta análise

» Leandro Rodrigues  
Doutor em Ciência Política

A apuração ainda não terminou, mas os resultados disponíveis mostram uma força eleitoral de Flávio Bolsonaro superior à registrada em importantes pesquisas da véspera. Na parcial das 19h14, com 64,81% das seções totalizadas, ele tinha 49,58% dos votos válidos, contra 42,25% de Lula. A entrada dos votos restantes pode alterar esses percentuais, mas a vantagem naquele momento já colocava em discussão tanto a capacidade das pesquisas de captar o resultado quanto o comportamento do eleitor na reta final.

A pergunta sobre o erro das pesquisas precisa ser enfrentada com rigor. O Datafolha divulgado em 3 de outubro registrava Flávio com 42% e Lula com 45%; a Quaest apontava, respectivamente, 45% e 46%, ambos em votos válidos e com margem de erro de dois pontos percentuais. A

hipótese de decisão tardia é plausível: o próprio Datafolha havia mostrado Flávio passando de 40% para 42% entre os levantamentos divulgados em 1º e 3 de outubro. Entretanto, explicar a discrepância exigirá distinguir mudanças de preferência, diferenças no comparecimento e possíveis dificuldades de representação do eleitorado. A decisão de última hora não pode ser presumida como explicação suficiente para toda diferença encontrada.

Os acontecimentos finais também podem ter contribuído para a mobilização em torno de Flávio. A controvérsia envolvendo o debate da Globo e sua desistência, acompanhada de acusações de interferência do TSE, ofereceu material para reforçar o discurso de confronto com o Judiciário. É possível que esse ambiente tenha estimulado simpatizantes e favorecido a concentração de votos em sua candidatura. Trata-se, porém, de uma hipótese interpretativa: a apuração registra esco-

lhas, mas não revela, por si só, quais acontecimentos foram decisivos para cada eleitor.

A força da direita aparece com particular nitidez no Senado. Michelle Bolsonaro e Bia Kicis, ambas do PL, conquistaram as duas vagas do Distrito Federal; em São Paulo, foram eleitos Guilherme Derrite, do PP, e André do Prado, do PL. Na Câmara, votações expressivas, como a de Lucas Pavanato, que ultrapassava 2,5 milhões de votos com quase 85% da apuração paulista, mostram a capacidade de mobilização desse campo. Ainda é necessário consolidar a distribuição nacional das cadeiras para medir o crescimento das bancadas, mas os resultados já indicam força política para além da candidatura presidencial.

Esse desempenho dialoga com uma estratégia explícita de associação de votos. Na noite de 3 de outubro, Flávio realizou uma transmissão para apresentar aliados e pedir voto casado nas duas vagas ao Senado. Minha leitura é que essa campanha pode

ter ajudado parte do eleitorado a organizar suas escolhas legislativas em torno de uma identidade política comum. A associação entre presidente, senadores e deputados ofereceu uma orientação para quem desejava fortalecer a direita em diferentes espaços de poder. Seu efeito precisa ser investigado, considerando também a popularidade própria dos candidatos e suas alianças locais.

Se confirmado, um Congresso mais à direita terá peso decisivo a partir de 2027, qualquer que seja o vencedor da Presidência. Esse campo ganhará capacidade de influenciar leis, prioridades orçamentárias, fiscalização do Executivo e negociação de reformas. No Senado, seu peso também alcançará a aprovação de indicações para o STF e outras autoridades. Se Flávio vencer, poderá encontrar condições mais favoráveis para construir uma maioria; se Lula vencer, enfrentará maior resistência e custos mais elevados de negociação. Afini-

dade ideológica não garante disciplina parlamentar, mas altera o ponto de partida das negociações e o equilíbrio entre os Poderes.

Em Goiás, a disputa pelo governo aponta para a continuidade do grupo político de Ronaldo Caiado. O Datafolha projetou a vitória de Daniel Vilela, do MDB, no primeiro turno: na parcial com 50,89% das urnas apuradas, ele tinha 57,91% dos votos válidos, contra 23,20% de Wilder Morais, do PL. Daniel assumiu o governo após a saída de Caiado para disputar a Presidência. O resultado favorece a interpretação de que a sucessão conseguiu preservar a força da aliança estadual e transformar a condição de governador em apoio eleitoral suficiente para um mandato próprio.

Para o Senado em Goiás, Gustavo Gayer, do PL, e Gracinha Caiado, do União Brasil, ocupavam as duas primeiras posições na parcial com 79,05% das urnas apuradas, com 25,27% e 21,23% dos votos válidos da disputa, respectivamente. Politicamente, esse quadro reúne duas bases distintas: a representação bolsonarista de Gayer e a força do grupo estadual associado a Caiado. Goiás sugere, assim, que o fortalecimento da direita pode ocorrer por caminhos diferentes, combinando mobilização ideológica e continuidade administrativa. A associação de votos é uma hipótese relevante, mas precisa considerar a autonomia de cada disputa e as diferenças entre os candidatos desse campo.

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



Plenário do Senado Federal: fortalecimento da direita ocorre por caminhos diferentes



## Eleições 2026

# O que Caiado vai fazer agora?

» Andréia Bahia

Ao trocar uma vaga possível no Senado por uma candidatura presidencial, o ex-governador Ronaldo Caiado apostou que havia espaço para um nome capaz de romper a polarização entre lulismo e bolsonarismo. A aposta não se confirmou nas urnas, mas também não encerra a carreira nacional de um político que deixou Goiás para tentar construir um projeto maior.

Ronaldo Caiado chegou a 2026 diante de uma escolha que dizia muito sobre o estágio de sua carreira. Depois de dois mandatos consecutivos como governador de Goiás, ele não poderia disputar um terceiro. Tinha, portanto, de decidir qual seria o próximo passo. Poderia permanecer como uma liderança estadual, buscar uma cadeira no Senado ou tentar algo maior. Escolheu a Presidência da República.

A decisão carregava um componente de risco que hoje fica mais evidente. O Senado representava uma rota política mais previsível. A Presidência exigia algo muito mais difícil: transformar o reconhecimento acumulado em Goiás em conhecimento nacional e, principalmente, convencer um eleitorado acostumado a escolher entre dois polos a abrir espaço para uma terceira alternativa.

Caiado acreditava que existia um eleitor que não se identificava integralmente nem com o PT nem com o bolsonarismo e que poderia ser alcançado por uma candidatura de direita, mas com discurso próprio, defesa das instituições e uma agenda centrada em se-



Foto: Divulgação/Campanha Ronaldo Caiado

gurança pública, gestão e equilíbrio fiscal.

Na convenção do PSD, em julho, o próprio Caiado resumiu a estratégia ao agradecer a Gilberto Kassab por ter sustentado, segundo suas palavras, a possibilidade de existir uma candidatura “fora da polarização”. O problema é que transformar esse espaço teórico em votos mostrou-se muito mais complicado.

## A aposta que não virou onda

Caiado tinha alguns ativos para tentar a aventura presidencial. Era governador de um Estado que apresentava bons indicadores em áreas que ele pretendia nacionalizar, principalmente segurança pública e equilíbrio das contas. Tinha longa experiência política e uma imagem consolidada em Goiás. E, ao contrário de outros nomes que chegaram à disputa nacional, carregava uma trajetória de décadas no Congresso e no Executivo.

Mas havia uma dificuldade fundamental: ser conhecido politicamente não é o mesmo que ser conhecido eleitoralmente em escala nacional.

O projeto presidencial dependia de transformar a ex-

periência de Goiás em uma narrativa nacional. Dependia também de conquistar espaço sem romper completamente com o eleitorado de direita que tinha em Bolsonaro sua principal referência.

Caiado tentou ocupar esse intervalo. Não quis se apresentar como candidato do bolsonarismo, mas também não abandonou uma agenda conservadora. Defendeu a segurança pública como uma de suas principais bandeiras e procurou vender a experiência administrativa de Goiás como modelo para o país.

A candidatura, porém, encontrou um eleitorado ainda fortemente organizado em torno da polarização. A tese de que bastaria tornar Caiado conhecido para que ele se tornasse automaticamente competitivo não se confirmou até a reta final.

Mas Caiado não sai da eleição presidencial da mesma forma que entrou. Ele passou meses percorrendo o país, apresentou suas propostas, participou do debate nacional e colocou seu nome em uma disputa que ultrapassou completamente as fronteiras de Goiás. Mesmo que o desempenho nas urnas fique abaixo do que imaginava

quando iniciou o projeto, ele terá adquirido um ativo que não tinha antes: um grau maior de conhecimento nacional.

É um patrimônio político difícil de medir apenas em votos. A questão será saber se esse patrimônio sobreviverá ao resultado eleitoral.

Um candidato que obtém poucos votos pode sair de uma eleição enfraquecido. Mas também pode sair com um eleitorado identificável, uma marca nacional e um espaço partidário a preservar. Tudo dependerá do tamanho desse espaço e, principalmente, de como Caiado reagirá depois da abertura das urnas.

## PSD pode ser a nova casa nacional de Caiado

A mudança da União Brasil para o PSD foi mais do que uma troca de legenda para viabilizar uma candidatura. Caiado rompeu com o partido no qual havia construído boa parte de sua trajetória recente porque não conseguiu garantir que a legenda abraçaria seu projeto presidencial. A convenção de julho colocou Gilberto Kassab como seu vice. Essa relação pode ser um dos principais elementos do futuro político de Caiado.

Mesmo que a candidatura presidencial não tenha alcançado o resultado pretendido, ele participou de uma eleição nacional como principal nome do PSD. Isso cria uma relação política com a direção nacional da legenda que pode ser útil depois de outubro.

Caiado pode, portanto, tentar transformar a candidatura presidencial em um novo capítulo de sua carreira nacional, e não em seu ponto final.

## O caminho de volta para Goiás

Existe ainda outro patrimônio que Caiado não perdeu, Goiás. A saída do governo não significa necessariamente o fim de sua influência política no Estado. Daniel Vilela assumiu o governo em março para disputar a eleição deste ano, depois da renúncia de Caiado. A sucessão é, inclusive, um dos principais legados políticos da passagem de Caiado pelo Palácio das Esmeraldas.

O grupo político que ele ajudou a construir permanecendo forte em Goiás, Caiado continuará tendo uma base estadual mesmo depois da tentativa presidencial. Por isso, o futuro de Caiado não depende apenas dos votos que receber para presidente. Depende também da força que seu grupo conservar em Goiás.

## E o Senado?

Aqui aparece uma das ironias da escolha feita em 2025. Caiado abriu mão de construir sua candidatura ao Senado em 2026 para disputar a Presidência. Se tivesse escolhido o Senado, teria um caminho institucional mais claro para continuar no centro da política nacional.

Agora, essa porta não existe no curto prazo. Mas não significa que esteja fechada para sempre. Uma eventual candidatura ao Senado em 2030 pode voltar a ser uma possibilidade. Até lá, entretanto, Caiado terá de decidir que papel deseja desempenhar. Poderá permanecer como liderança nacional do PSD, atuar na política de Goiás, participar de campanhas, influenciar a sucessão estadual ou tentar preservar o discurso de alternativa à polarização.

O ponto é que 2030 é longe demais para ser tratado hoje como um plano definido. A política brasileira muda rapidamente, e Caiado sabe disso melhor do que muitos.

## A questão mais delicada: o que fazer com os poucos votos?

Talvez esse seja o principal dilema depois de domingo. Caiado terá de decidir se transforma o resultado da eleição em ponto de partida ou em encerramento de um projeto. Uma possibilidade é interpretar a candidatura como uma experiência nacional e voltar a concentrar forças em Goiás. Outra é continuar trabalhando para consolidar o PSD como uma alternativa de centro-direita, tentando manter o espaço que buscou durante a campanha.

Há ainda uma terceira questão, que é o relacionamento com os dois polos que ele tentou superar. A eleição

mostrou que a polarização não desapareceu porque surgiu uma terceira candidatura.

Isso não significa necessariamente que a tese de Caiado morreu. Significa que ela não encontrou, nesta eleição, a dimensão eleitoral que ele imaginava. A pergunta para o pós-eleição será justamente essa: Caiado continuará tentando construir esse espaço ou voltará a ocupar um dos campos já estabelecidos da política nacional?

## O maior risco é ficar sem lugar

Caiado construiu sua carreira política em posições muito claras. Foi uma lideran-

ça da direita, ocupou espaço no Congresso, tornou-se governador e consolidou uma marca própria em Goiás. A candidatura presidencial foi uma tentativa de dar um salto.

O risco agora é ficar no meio do caminho: não ter conquistado uma dimensão nacional suficiente para disputar novamente a Presidência e, ao mesmo tempo, ter deixado passar a oportunidade de disputar o Senado em 2026.

Esse é o verdadeiro preço da aposta. Mas existe uma diferença importante entre uma candidatura que não alcança seu objetivo eleitoral e uma car-

reira política que termina.

A questão, portanto, não é se Caiado desaparece da política depois de domingo. É qual posição ele ocupará depois de ter tentado ser presidente. Pode continuar sendo uma liderança nacional do PSD. Pode voltar a concentrar forças em Goiás. Pode participar da construção da sucessão estadual. Pode preparar uma candidatura futura ao Senado. Ou pode tentar preservar, para uma próxima eleição, o espaço que buscou em 2026. Nenhum desses caminhos está definido.

O que está definido é que Caiado fez uma escolha de

alto risco. Trocou a possibilidade de uma trajetória mais previsível por uma tentativa de romper o duopólio político que dominou as últimas eleições presidenciais. A tentativa não produziu a onda que ele imaginava.

Mas talvez o verdadeiro julgamento dessa decisão não esteja apenas no número que aparece ao lado de seu nome na apuração. Estará na capacidade de Caiado de transformar uma candidatura presidencial que não se mostrou competitiva em um novo ponto de partida para sua carreira nacional, e não no último capítulo dela.



Eleições 2026

# Lula x Flávio

## iniciam campanha de 20 dias

Com Daniel Vilela eleito em primeiro turno, goianos voltarão às urnas apenas para decidir a Presidência em 25 de outubro

» Carlos Nathan Sampaio

A confirmação do segundo turno presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) abre nesta segunda-feira (5) uma campanha de 20 dias, enquanto a disputa pelo governo de Goiás terminou no primeiro turno com a eleição de Daniel Vilela (MDB). Até o fechamento da reportagem, com 90% das urnas apuradas, o governador recebeu 2.061.753 de votos, equivalentes a 59% dos votos válidos, e garantiu a permanência no Palácio das Esmeraldas sem precisar voltar às urnas contra Wilder Moraes (PL) que ficou em segundo lugar, com 22,12%.

Na corrida nacional, com 91,18% das urnas apuradas no Brasil, Lula encerrou o primeiro turno com 44,07% dos válidos, enquanto Flávio somou 47,96%. Como nenhum deles alcançou mais da metade dos votos válidos, os dois disputarão a Presidência em 25 de outubro. Brancos e nulos não entram no cálculo usado para definir se uma eleição termina no primeiro turno.

A campanha poderá ser retomada oficialmente às 17h desta segunda, 24 horas depois do encerramento da votação. A partir desse horário, voltam a ser permitidos

comícios, caminhadas, carreatas, distribuição de material e impulsionamento de conteúdo na internet. O prazo curto obriga as duas candidaturas a reorganizar discursos, agendas e alianças praticamente sem intervalo.

Em Goiás, a vitória de Daniel muda o desenho previsto para as próximas semanas. O eleitor goiano voltará às urnas somente para escolher o presidente, sem uma segunda votação para governador. A ordem na urna será, portanto, mais simples: haverá apenas a escolha entre Lula e Flávio. A votação continuará das 8h às 17h, pelo horário de Brasília.

Daniel chega ao fim do primeiro turno fortalecido por uma aliança ampla, presença nos municípios e pelo discurso de continuidade do grupo que governa o estado. A forma como o governador eleito e os partidos de sua coligação se posicionarão poderá influenciar palanques, agendas e manifestações públicas em Goiás.

Isso não significa, contudo, que os votos recebidos por Daniel serão automaticamente transferidos para um presidencial. As eleições mostraram que parte do eleitorado separa as escolhas estadual e nacional. Prefeitos, deputados e lideranças que apoiaram o emedebista também podem seguir caminhos

diferentes no segundo turno, conforme suas relações partidárias e bases locais.

No cenário nacional, Lula deverá usar o período para defender os resultados de seu governo e reduzir resistências entre eleitores de centro. A campanha petista precisará buscar quem votou em candidatos como Ronaldo Caiado, Romeu Zema, Augusto Cury e Renan Santos, além de tentar recuperar eleitores que não compareceram ou optaram por votos brancos e nulos.

Flávio, por sua vez, tende a concentrar o voto antipequista e ampliar a aproximação com candidaturas de direita eliminadas no primeiro turno. O senador deverá reforçar pautas conservadoras, críticas ao governo federal e a ligação com o eleitorado de Jair Bolsonaro. Ao mesmo tempo, precisará falar a segmentos que rejeitam Lula, mas não aderiram inicialmente à sua candidatura.

A polarização coloca os dois finalistas diante de um desafio semelhante: mobilizar as próprias bases sem afastar o eleitor menos identificado com os dois campos. A nova etapa costuma elevar o peso da rejeição, porque a escolha fica restrita a dois nomes. Ataques podem consolidar apoiadores, mas também dificultar a conquista dos votos necessários para formar maioria.

Goiás terá importância nessa estratégia. O estado deu votação expressiva à direita nas últimas eleições presidenciais, mas o resultado estadual mostrou uma composição política que não segue integralmente a divisão entre petismo e bolsonarismo. Lula e Flávio tentarão atrair a estrutura de prefeitos e parlamentares, enquanto aliados de Daniel avaliarão quais movimentos nacionais preservam melhor suas bases.

O horário eleitoral gratuito será retomado na sexta-feira (9) e seguirá até 23 de outubro. No rádio, os programas presidenciais serão exibidos das 7h às 7h10 e das 12h às 12h10. Na televisão, irão ao ar das 13h às 13h10 e das 20h30 às 20h40. O tempo será dividido igualmente entre Lula e Flávio, diferentemente do primeiro turno, quando o tamanho das coligações interferiu na distribuição.

Além dos blocos, haverá 25 minutos diários de inserções presidenciais, distribuídos entre 5h e meia-noite e também repartidos de maneira igualitária. Em Goiás, não haverá propaganda de segundo turno para governador. A exposição ficará concentrada no confronto nacional, aumentando o espaço para comparação direta entre os projetos e as trajetórias dos candidatos.

Debates no rádio e na televisão poderão ocorrer até 23 de outubro e devem ocupar posição central na campanha, especialmente depois de um primeiro turno marcado pela dificuldade de reunir os principais candidatos. Com apenas dois participantes, as emissoras poderão explorar temas específicos e confrontar promessas, números e versões apresentadas por cada lado.

Na reta final, os comícios serão permitidos até 22 de outubro, data que também limita o impulsionamento pago na internet. A propaganda gratuita e os anúncios pagos na imprensa escrita poderão seguir até o dia 23. Caminhadas, carreatas, passeatas e distribuição de material serão autorizadas até as 22h do sábado (24). Continuam proibidos outdoors, showmícios, disparos em massa sem consentimento e conteúdos manipulados destinados a desinformar.

A partir desta segunda, a campanha será menos voltada à apresentação dos candidatos e mais à comparação entre dois projetos. Com Daniel eleito em primeiro turno, Goiás acompanhará apenas o confronto presidencial. O resultado dependerá dos eleitores que escolheram outros nomes, se abstiveram ou ainda podem mudar de posição nas três semanas decisivas.



Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL)



Fotos: Divulgação



## Eleições 2026

# 2026 pode redesenhar forças políticas para a disputa municipal de 2028

Para a cientista política Silvana Krause, efeitos das eleições gerais sobre o próximo pleito municipal dependerão do novo governo, da composição do Congresso e dos rearranjos entre as forças políticas

» Carla Borges

As eleições gerais de 2026 não terminarão nas urnas de outubro. Embora presidente, governadores, senadores e deputados sejam escolhidos neste ano, os resultados deverão produzir efeitos sobre a reorganização das forças políticas para as eleições municipais de 2028. A dimensão dessas mudanças, porém, dependerá de fatores que só estarão definidos depois da eleição e no início dos novos mandatos, como a formação do novo governo, a composição do Congresso e as alianças construídas a partir de 2027.

Essa é a avaliação da cientista política Silvana Krause, professora da pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e co-autora do livro *Eleições municipais e o que elas antecipam para 2026*. A obra, organizada por Krause, Antonio Lavareda e Helcimara Telles, analisa como os resultados de 2024 ajudam a compreender a disputa deste ano e, por consequência, os movimentos que poderão se projetar sobre o próximo ciclo municipal.

Para Krause, contudo, não é possível estabelecer uma transferência automática entre eleições gerais e municipais. Cada pleito possui dinâmica própria, e alianças formadas em uma eleição nacional podem não se repetir dois anos depois nos municípios. “São eleições distintas, com alianças e arranjos políticos igualmente diferentes entre si”, afirma.

O impacto de 2026 sobre 2028 dependerá, portanto, principalmente de como as forças políticas estarão organizadas depois da posse dos



O impacto de 2026 sobre 2028 dependerá de como as forças políticas estarão organizadas depois da posse dos eleitos

eleitos. O comportamento do próximo presidente, a relação do governo com o Congresso e a formação das maiorias legislativas serão elementos importantes para determinar os novos alinhamentos partidários.

A experiência analisada no livro mostra que os municípios continuam sendo uma das principais bases de organização da política brasileira. Prefeitos, vereadores e lideranças regionais participam da construção das campanhas, formam alianças e man-

ritárias. Também será necessário acompanhar a distribuição das cadeiras no Congresso e nas assembleias legislativas, o desempenho dos partidos nos estados e a formação das novas redes políticas.

## Direita radical busca consolidação

Um dos fenômenos que atravessam os dois ciclos eleitorais é a consolidação da direita radical ou ultradireita. Para Krause, o movimento não pode mais ser compreen-

reita radical mais organizada não significa, necessariamente, a formação de uma aliança ampla com partidos de centro e da direita tradicional. Para Krause, a fragmentação dessas forças será uma das variáveis que poderão determinar a configuração política posterior à eleição.

Esse processo terá reflexos sobre 2028 porque as alianças nacionais e estaduais estabelecidas a partir de 2027 poderão alterar as disputas municipais. Partidos que hoje estão

e tornou-se a legenda com o maior número de prefeitos no País. Para Krause, essa trajetória confirma a importância das estruturas municipais, mas também evidencia uma dificuldade para transformar capilaridade local em força política nacional. “O PSD nasce no local, onde se organiza. Esta eleição para presidente tem mostrado o problema da mobilização nacional, que não é só do PSD”, afirma.

A situação é especialmente relevante em 2026 porque o partido disputa a Presidência da República com o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Para a cientista política, o desempenho nacional de uma legenda não decorre automaticamente de sua presença nos municípios. Um partido com grande número de prefeitos e vereadores dispõe de estruturas locais que podem favorecer novas candidaturas. Mas a capacidade de utilizar essas estruturas em uma disputa nacional ou de transformá-las em alianças estaduais depende de outros fatores, como identidade partidária, liderança e articulação política.

## Religião mantém peso eleitoral

A identidade religiosa constitui outro elemento que, segundo Krause, deverá atravessar as eleições de 2026 e chegar ao pleito municipal seguinte. As eleições de 2024 registraram presença expressiva de vereadores evangélicos nas capitais, reforçando a importância das redes religiosas na mobilização política. “A identidade religiosa é um importante mobilizador do eleitorado brasileiro”, afirma.

Para a cientista política, as igrejas possuem uma característica que favorece sua influência: mantêm presença cotidiana nas comunidades e redes de relacionamento que não dependem do calendário eleitoral. A eleição de representantes ligados a grupos religiosos fortalece essas estruturas nos municípios, que podem ser novamente mobilizadas nas disputas seguintes.



## A alma da política tem sua base no local, nos municípios, no aspecto regional.

Silvana Krause, cientista política.

têm redes de relacionamento que podem ser mobilizadas em eleições estaduais e nacionais. “A alma da política tem sua base no local, nos municípios, no aspecto regional”, afirma Krause.

Por isso, para compreender o que 2026 poderá deixar para 2028, não será suficiente observar apenas os resultados das disputas maio-

dado apenas como resultado de uma conjuntura específica. “A tendência da direita radical, ou ultradireita, é de cada vez mais se consolidar. É o que se observa não apenas no Brasil, mas em nível mundial. Veio para ficar”, afirma.

O resultado de 2026 poderá, nesse sentido, modificar o equilíbrio interno da direita. A existência de uma di-

próximos poderão se afastar, enquanto adversários poderão formar alianças de acordo com os interesses regionais.

## O desafio do PSD

O crescimento do PSD também ilustra a diferença entre força local e capacidade de mobilização nacional. O partido teve forte desempenho nas eleições municipais de 2024

## Período após as eleições é a principal variável do impacto

Na avaliação de Krause, a principal variável para determinar o impacto de 2026 sobre 2028 estará no período posterior à eleição. A cientista política chama atenção para a fragmentação das forças políticas e para a forma como elas irão se reorganizar depois da definição dos novos governos

e legislativos. “A herança de agora para as eleições municipais vai depender muito da fragmentação das forças políticas”, afirma.

A composição do Legislativo será especialmente relevante. Deputados e senadores terão participação nas negociações políticas e

na definição da sustentação do governo federal, enquanto deputados estaduais estarão inseridos nas articulações regionais. Dessa forma, a correlação de forças que emergir de 2026 poderá chegar aos municípios por meio de alianças, candidaturas e estruturas partidárias.

Por isso, o efeito das eleições gerais sobre 2028 não estará necessariamente concentrado nos candidatos que vencerem os cargos executivos. A distribuição das bancadas, a capacidade de articulação dos partidos e a sobrevivência das redes políticas construídas duran-

te a campanha poderão ser igualmente importantes. Ainda assim, a cientista política ressalta que a dinâmica local continua sendo determinante. “A tradição local, o voto local é o grande mobilizador das eleições, tanto gerais quanto municipais”, resume.



## Segurança

## Índices de criminalidade

## caem na gestão Daniel Vilela

Dados da SSP-GO apontam redução de até 70% em modalidades de roubos e furtos em 2026; veículos, comércio e crimes contra pedestres também apresentam queda

» Da Redação

Os principais indicadores de criminalidade mantiveram trajetória de queda em Goiás em 2026, ano em que Daniel Vilela (MDB) assumiu o Governo do Estado após a saída de Ronaldo Caiado (PSD), em 31 de março. Dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP-GO), referentes aos primeiros oito meses do ano, apontam redução em diferentes modalidades de roubos e furtos na comparação com o mesmo período de 2025.

A maior redução foi registrada nos roubos de carga, que caíram 70%, passando de dez ocorrências entre janeiro e agosto de 2025 para três no mesmo período deste ano. Os roubos de veículos recuaram 37,4%, de 366 para 229 casos, enquanto os roubos em estabelecimentos comerciais diminuíram 34,9%, de 229 para 149. Também houve queda de 31,3% nos roubos a pedestres, que passaram de 2.706 para 1.859 registros. Latrocínios (-26,7%), roubos em residências (-24,8%), furtos de veículos (-21,8%) e furtos a transeuntes (-20%) completam a relação de indicadores em queda.



Fotos: Arquivo

Desde que assumiu o governo, Daniel manteve a política de integração das forças policiais e os investimentos em inteligência, tecnologia e estrutura adotados durante a gestão Caiado. O governador atribui a continuidade dos resultados à manutenção dessa estratégia. “Nós não vamos abrir mão de tudo aquilo que fez Goiás se tornar referência na segurança pública. O governador Ronaldo Caiado estabeleceu uma política firme



de enfrentamento à criminalidade, valorizou nossas forças policiais e deu condições para que elas trabalhassem.

Nossa responsabilidade agora é avançar ainda mais, com investimento, inteligência, tecnologia e integração, para

garantir segurança ao cidadão em todas as regiões do Estado”, afirma.

#### Queda acumulada desde 2018

Os resultados de 2026 dão sequência a uma redução dos indicadores registrada nos últimos anos. Entre 2018 e 2025, os homicídios caíram 62% em Goiás. No mesmo intervalo, os roubos de veículos recuaram 95%, os roubos de cargas diminuíram 98% e os roubos a pedestres tiveram redução de 92%. Em 2025, o Estado também terminou o ano sem registro de roubo a instituição financeira.

A manutenção dos índices em queda ocorre em paralelo à ampliação do uso de tecnologia na segurança pública. A estratégia inclui videomonitoramento, compartilhamento de informações e ferramentas de inteligência, como a IA Contra o Crime. A orientação que Daniel tem dado aos líderes das forças de segurança é manter a política implantada nos últimos anos e ampliar o uso dessas ferramentas. “Segurança pública exige firmeza, planejamento e continuidade. É esse trabalho que vamos preservar e fortalecer para que Goiás continue avançando”, afirma.

## Goiás registra alta de 6% na geração de empregos na indústria no primeiro semestre de 2026

A indústria goiana criou 12.111 empregos formais no primeiro semestre de 2026, alta de 6% em relação ao mesmo período de 2025, quando o saldo foi de 11.423 vagas. Os dados são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com validação do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). O saldo corresponde à diferença entre admissões e desligamentos.

A indústria de transformação respondeu pela maior parte do resultado, com 9.988 novas vagas. Na sequência, aparecem os segmentos de água, esgoto, gestão de resíduos e descontaminação,

com 1.149 postos; indústrias extrativas, com 619; e eletricidade e gás, com 355.

Março apresentou o maior saldo mensal do semestre, com 3.076 empregos, seguido por abril, com 3.043, e fevereiro, com 2.515. Janeiro registrou 1.823 novas vagas; junho, 1.213; e maio, 441.

No conjunto da economia goiana, a indústria teve o segundo maior saldo de empregos formais no período, atrás apenas dos serviços, que criaram 15.645 vagas. A agropecuária registrou saldo de 8.068 postos; a construção, de 7.650; e o comércio, de 230. Somados, os cinco setores geraram 43.704 empregos com carteira assinada entre janeiro e junho de 2026.

Segundo análise da

Gerência de Desenvolvimento Industrial da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), com base no Novo Caged, Goiás ocupou a sexta posição no ranking nacional de crescimento relativo do emprego industrial, atrás de Piauí, Tocantins, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Os maiores saldos de empregos industriais foram registrados em Goiânia, Santa Terezinha de Goiás, Anápolis e Rio Verde. Já os maiores crescimentos proporcionais ocorreram em Santa Terezinha de Goiás, Serranópolis, Uruaçu, Minaçu e Rubiataba.

O avanço do emprego acompanha o desempenho positivo da produção industrial goiana, que cresceu 3,3% no acumulado de 12 meses,



Foto: SIC

Indústria goiana criou 12.111 empregos formais no primeiro semestre de 2026

ante 0,6% na média nacional, segundo a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física

(PIM-PF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).





# NA NATUREZA NÃO HÁ SAÍDAS DE EMERGÊNCIA.

O fogo destrói o Cerrado, ameaça a fauna e coloca em risco a saúde e a segurança da população. Além dos danos ambientais, provocar queimadas é crime e pode resultar em multa de até R\$ 50 milhões, além de prisão.



**NÃO QUEIME LIXO,  
ENTULHO OU MATO.**



**NÃO JOGUE CIGARRO  
NA RODOVIA.**



**NÃO COLOQUE FOGO  
EM TERRENOS.**

**DENUNCIE  
193**



**ALEGO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS



## Mobilidade

# Goiânia investe na melhoria do transporte coletivo da capital

## com renovação de toda a frota até 2027

Modernização do transporte coletivo da Região Metropolitana de Goiânia inclui novos veículos, tecnologias e melhorias para os usuários

Fotos: Alex Malheiros

» Da Redação

A Prefeitura de Goiânia investe na melhoria do transporte coletivo da capital, com quase 60% da frota renovada, com tecnologia e melhorias para os usuários. Esta semana, o prefeito Sandro Mabel entregou mais 19 novos ônibus com tecnologia Euro 6 para o transporte coletivo da capital e da Região Metropolitana. A entrega faz parte do programa Nova RMTC, iniciativa que prevê a renovação de 100% da frota até 2027. Os novos veículos, que começam a circular imediatamente, são equipados com ar-condicionado, Wi-Fi, tomadas USB e câmeras de segurança.

“Estamos completando quase 60% da frota renovada, principalmente os veículos maiores que operam nos BRTs, que já foram totalmente renovados. Nos próximos dois anos, completaremos praticamente 100%”, afirmou Mabel. Segundo ele, os terminais também foram renovados, consolidando “o melhor sistema de transporte coletivo do Brasil”.

Segundo Mabel, a Prefeitura de Goiânia investirá R\$ 300 milhões no transporte coletivo em 2026 e R\$ 317 milhões em 2027. “É muito dinheiro, mas está dando conforto ao passageiro. Tanto que Goiânia é uma das duas únicas capitais do Brasil que aumentaram o número de passagerei-

ros no transporte coletivo após a pandemia, e é a que mais cresceu”, disse o prefeito.

Vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo, Barbosa Neto aponta que mais de 50% dos 1,2 mil veículos previstos já foram renovados. No Grupo HP, 187 ônibus já foram adquiridos, dos quais 119 foram financiados pelo programa Refrota do governo federal. “A ideia é que ainda este ano sejam entregues 201 veículos, chegando perto de 70% da frota renovada”, afirmou Barbosa Neto. “São veículos com motorização Euro 6, que reduzem em mais de 80% as emissões de óxidos de nitrogênio”, completou o diretor de Transportes do Grupo HP, Hugo Santana.

### Tecnologia Euro 6

A tecnologia Euro 6 estabelece padrões mais rigorosos para a emissão de poluentes. Esses veículos reduzem em até 80% as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) e em 50% as de material particulado em comparação com motores de padrão anterior. Com carroceria urbana Caio Apache VIP SC V e chassi Mercedes-Benz OF 1721, os



Prefeito Sandro Mabel entrega 19 novos ônibus com tecnologia Euro 6 para o transporte coletivo da capital e da Região Metropolitana

ônibus têm 12,7 metros de comprimento e capacidade para 80 passageiros, sendo 36 sentados.

Até o final de 2026, estão previstas novas entregas de ônibus, incluindo modelos com motor traseiro, piso baixo e identidade visual na cor cinza, conforme definido pelo Novo Plano Operacional (NPO) da RMTC. O programa também prevê a incorporação de diferentes tecnologias, como ônibus elétricos, veículos movidos a biometano/GNV e biodiesel com tecnologia Euro 6.

O secretário municipal de Engenharia de Trânsito, Tarcísio Abreu, ressaltou que as melhorias impactam diretamente a experiência dos passageiros. “Cada novo ônibus que entra em circulação representa mais conforto, segurança e qualidade para o passageiro. Essa entrega faz parte de uma transformação muito maior, que está modernizando a frota e estabelecendo um novo padrão para o transporte coletivo de Goiânia e da Região Metropolitana”, assinalou.



## Obra no corredor da T-7 vai melhorar o transporte coletivo e a circulação de veículos

A Prefeitura de Goiânia, por meio da Secretaria Municipal de Infraestrutura (Seinfra), segue com as obras de recapeamento da Avenida Itália, no Jardim Europa. A intervenção integra as obras do Corredor da T-7 e será realizada em um trecho de aproximadamente 500 metros. Os serviços começam pela preparação da base, etapa necessária antes da aplicação da nova pavimentação asfáltica.

O corredor da T-7 é um projeto de infraestrutura e mobilidade urbana voltado à melhoria do transporte coletivo e da circulação de veículos

em um dos principais eixos viários de Goiânia. O corredor contempla intervenções como recapeamento, melhorias na acessibilidade, sinalização e in-

fraestrutura para o transporte público, abrangendo a Avenida T-7 e vias conectadas ao trajeto.

“Antes de colocar o novo asfalto, precisamos pre-

parar a base da avenida. A instabilidade do tempo impediu a execução desse serviço nos últimos dias. Agora, as equipes vão avançar nessa etapa

e, depois, executar o recapeamento do trecho no Jardim Europa,” afirma o secretário de Infraestrutura Urbana, Francisco Lacerda.

Segundo a superintendente de obras e serviços de infraestrutura da Seinfra, Flávia Ribeiro Dias, as frentes de trabalho serão organizadas, buscando reduzir os impactos no trânsito durante a intervenção na região. “Os serviços vão seguir etapas e organização do trânsito seguirá conforme o andamento dos trabalhos das equipes. A previsão é que essa intervenção no trecho seja concluída em até 15 dias,” pontua.



Avenida Itália, no Jardim Europa, sentido Vila União, está interditada para obras de recapeamento.



Fotos: Seinfra



# ESCOLA

## No Brasil, jovens chegam ao ensino médio, mas 1 em cada 5 não conclui a etapa

Dados da OCDE mostram que 79% dos estudantes concluem o ensino médio até dois anos após o tempo previsto. Em Goiás, 85% dos jovens chegam aos 19 anos com a etapa concluída, mas aprendizagem ainda é desafio

» Dhayane Marques

O Brasil ampliou o acesso e melhorou os indicadores de permanência no ensino médio nos últimos anos, mas uma parcela significativa dos jovens ainda não consegue concluir a educação básica. Dados do Education at a Glance 2026, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), mostram que 87% dos estudantes brasileiros estão matriculados em alguma etapa de educação no ano seguinte à conclusão dos anos finais do ensino fundamental. Entre os que ingressam no ensino médio, porém, 79% concluem a etapa até dois anos depois do tempo previsto. Outros 20% deixam os estudos sem obter a certificação.

O cenário mostra que o principal desafio do ensino médio não está apenas em fazer o jovem chegar à etapa. A permanência e a conclusão ainda representam obstáculos para milhares de estudantes. O dado da OCDE ganha outra dimensão quando observado ao lado dos indicadores nacionais mais recentes, que apontam melhora no fluxo escolar, mas também revelam dificuldades de aprendizagem que se acumulam ao longo da trajetória.

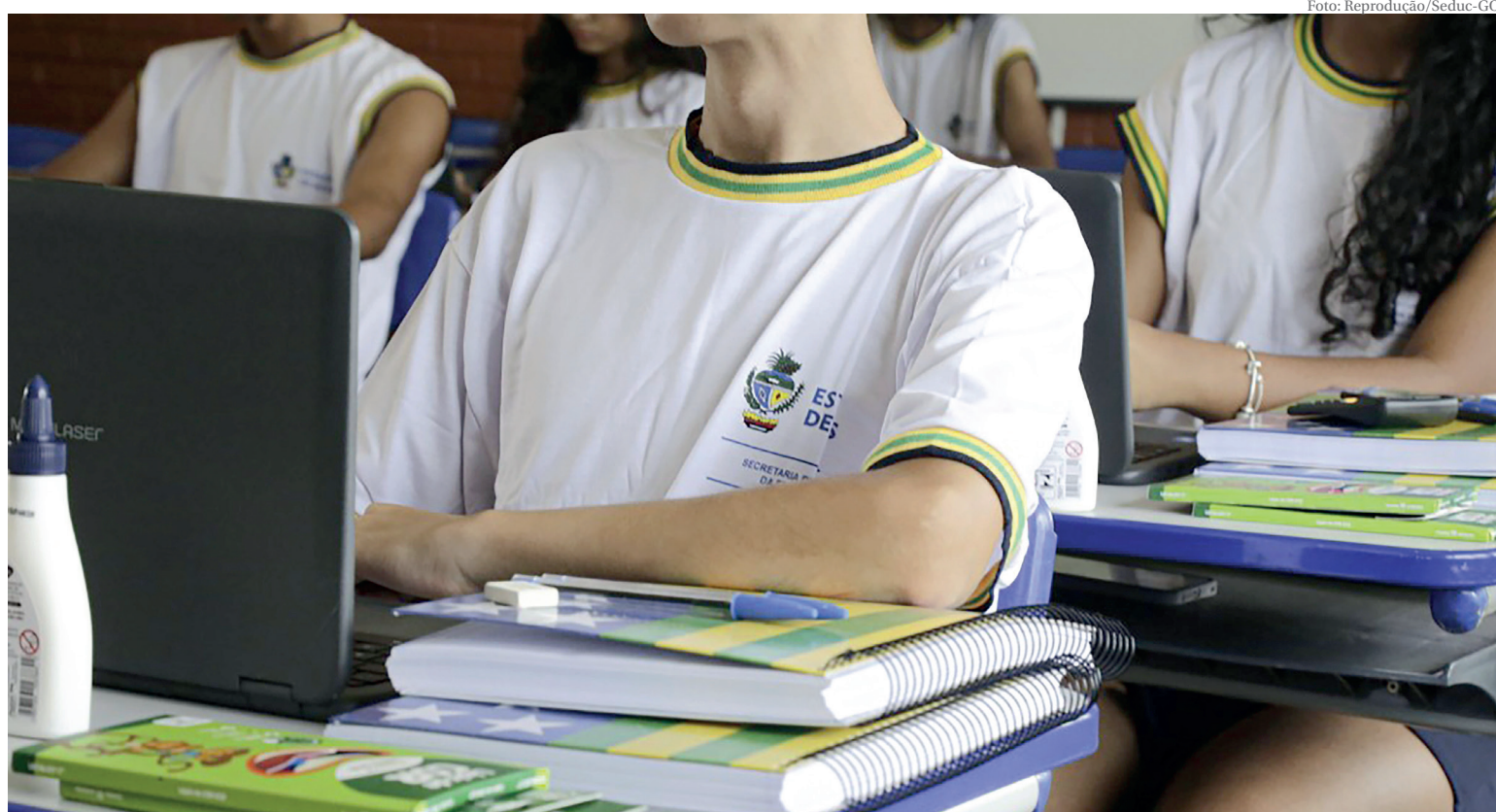


Foto: Reprodução/Seduc-GO

Em Goiás, 85% dos jovens concluem o ensino médio até os 19 anos, acima da média nacional de 74,3%.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2026, do Todos Pela Educação, mostra que 74,3% dos jovens de 19 anos haviam concluído o ensino médio em 2025. Em 2015, eram 54,5%. O avanço foi de 19,8 pontos percentuais em uma década e representa o maior percentual da série histórica. O indicador também mostra, por outro ângulo, o tamanho do desafio. Em 2025, 25,7% dos jovens de 19 anos ainda não haviam concluído o ensino médio.

A diferença entre os indicadores da OCDE e do Anuário precisa ser considerada. A OCDE acompanha

uma coorte de estudantes que ingressam no ensino médio e verifica a conclusão até dois anos após o tempo teórico da etapa. Já o Anuário considera a parcela de jovens de 19 anos que já concluiu o ensino médio. São medidas diferentes, mas que apontam para a mesma questão: uma parte dos jovens ainda não consegue completar a etapa no percurso esperado.

Os indicadores de fluxo mostram, entretanto, uma mudança importante. Em 2025, a taxa de aprovação no ensino médio chegou a 94,8%, contra 81,7% em 2015. No mesmo período, a repro-

vação caiu de 11,5% para 3% e o abandono passou de 6,8% para 2,2%. A distorção idade-série também recuou de 27,4% para 16% no período.

O avanço indica que mais estudantes permanecem na escola e conseguem seguir de uma série para outra. O desafio, porém, não termina com a matrícula ou a aprovação. A aprendizagem continua distante do nível esperado, sobretudo na rede pública.

Em 2025, apenas 8,5% dos estudantes da rede pública alcançaram aprendizagem adequada em Matemática no ensino médio, segundo os dados reunidos pelo Anuário. Em Lín-

gua Portuguesa, o percentual foi de 35,2%. Na Matemática, 58,6% estavam abaixo do nível básico. Em Português, eram 31,2%.

O resultado ajuda a explicar uma característica do atual cenário educacional brasileiro. Mais jovens estão chegando ao fim da educação básica, mas muitos ainda não desenvolvem os conhecimentos esperados para a etapa. O próprio Ideb, que combina fluxo escolar e desempenho dos estudantes, registrou avanço em 2025. O índice do ensino médio passou de 4,3 em 2023 para 4,5 em 2025, o maior resultado da série histórica. Na rede pública, passou de 4,1 para 4,3.

## Por que os jovens deixam a escola?

Os números não explicam sozinhos por que parte dos estudantes não conclui o ensino médio. A trajetória até o abandono costuma

reunir fatores relacionados à aprendizagem, à frequência, às condições sociais e ao vínculo que o jovem estabelece com a escola.

Para Cintia Lapa, diretora de Conteúdo e Performance Educacional da FTD

Educação, as dificuldades da etapa são resultado de problemas que se acumulam ao longo da escolarização. Segundo ela, o ensino médio concentra lacunas de aprendizagem, dificuldades de frequência e permanência, menor engaja-

mento e desafios para relacionar o currículo às perspectivas de vida dos estudantes, à continuidade dos estudos e à inserção profissional.

“O crescimento precisa ser reconhecido, mas ainda partimos de um patamar bai-





xo de aprendizagem. O ensino médio concentra lacunas acumuladas ao longo da escolarização, dificuldades de frequência e permanência, menor engajamento dos jovens e desafios para relacionar o currículo às suas perspectivas de vida, continuidade dos es-

tudos e inserção profissional”, afirma.  
A relação entre escola e projeto de vida aparece como um dos pontos levantados pela especialista. Quando o estudante não percebe conexão entre aquilo que aprende e as possibilidades que enxer-

ga para o futuro, a escola pode perder espaço na rotina. Esse processo ocorre ao mesmo tempo em que muitos adolescentes enfrentam dificuldades econômicas, responsabilidades familiares, necessidade de trabalhar e defasagens de aprendizagem.

A questão socioemocional também ganhou espaço nessa discussão. Para Cintia, pertencimento, escuta e participação são fatores que podem contribuir para fortalecer o vínculo dos jovens com a escola. “A capacidade de relacionar a aprendiza-

gem às perspectivas de futuro dos estudantes, fortalecer a motivação e criar ambientes que favoreçam a participação pode ser parte das estratégias para enfrentar os desafios de permanência e engajamento no ensino médio”, afirma.

# Goiás apresenta resultado acima da média nacional

Em Goiás, os indicadores mostram uma trajetória mais favorável em relação à conclusão. Segundo o Anuário Brasileiro da Educação Básica 2026, 91% dos jovens de 15 a 17 anos estão no ensino médio. Entre os jovens de 19 anos, 85% concluíram a etapa. O percentual é superior ao índice nacional de 74,3%.

O Estado também apresenta avanço nos indicadores de fluxo escolar. A queda da reprovação e do abandono foi acompanhada pela redução da distorção idade-série, que recuou quase seis pontos percentuais nos últimos anos. O movimento indica que mais adolescentes conseguem permanecer na escola e avançar pelas séries sem interrupções prolongadas.

A situação de Goiás, porém, repete uma característica observada no restante do país. A conclusão é maior, mas a aprendizagem ainda apresenta diferenças importantes entre as áreas do conhecimento.

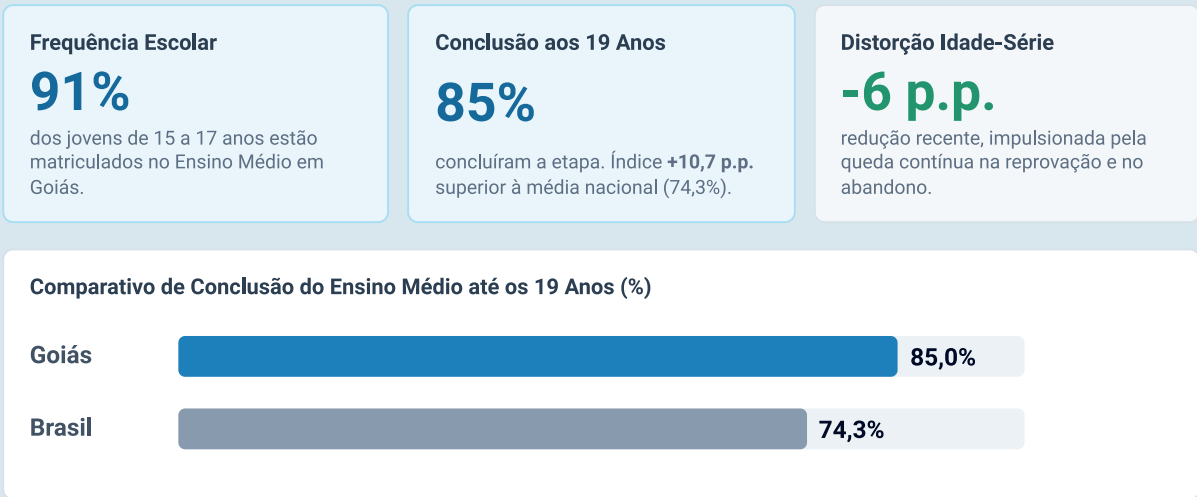
No Estado, 45,3% dos estudantes do ensino médio alcançaram aprendizagem adequada em Língua Portuguesa em 2025. Em Matemática, o percentual foi de 17,3%. Na outra ponta, 44,8% dos estudantes estavam abaixo do nível básico em Matemática e 20,7% em Português.

Os números mostram que a permanência não garante, por si só, aprendizagem. Em Goiás, a maioria dos jovens chega à conclusão do ensino médio até os 19 anos, mas uma parcela expressiva termina a etapa com dificuldades em conteúdos fundamentais, sobretudo em Matemática.

## RELATÓRIO DE INDICADORES EDUCACIONAIS • GOIÁS

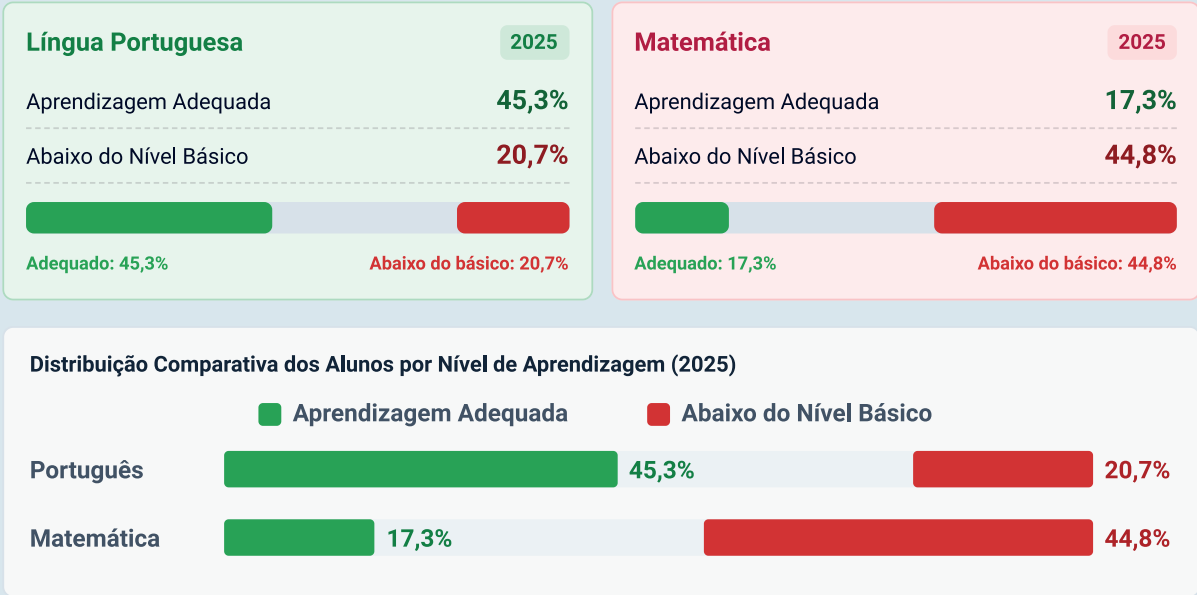
Análise integrada de acesso, taxa de conclusão e nível de desempenho escolar com base no Anuário Brasileiro da Educação Básica 2026

### 1. COBERTURA, CONCLUSÃO E FLUXO ESCOLAR



### 2. DESEMPENHO E NÍVEIS DE APRENDIZAGEM (2025)

Apesar do avanço no fluxo de alunos, o indicador de aprendizagem revela uma forte disparidade entre as áreas do conhecimento ao final da educação básica.



## A desigualdade muda o percurso

A média nacional também esconde diferenças importantes entre os jovens. Em 2025, 94,2% dos jovens de 19 anos pertencentes aos 20% mais ricos haviam concluído o ensino médio. Entre os 20% mais pobres, o percentual era de 61,1%. A diferença chega a 33,1 pontos percentuais.

A desigualdade também aparece entre áreas urbanas e rurais. A conclusão aos 19 anos alcançou 76,4% na área urbana e 58,7% na área rural.

Esses dados mostram que a permanência escolar não depende apenas da oferta de vagas. As condições em que o estudante vive interferem na possibilidade de permanecer, avançar e concluir a educação básica.

Entre 2022 e 2025, a taxa de não retorno ao ensino médio caiu 28% no país. Segundo o Inep, se o indicador tivesse permanecido no patamar de 2022, o Brasil teria cerca de 250 mil estudantes a menos frequentando o ensino

médio em 2025. O dado ajuda a dimensionar o impacto da permanência sobre o número de jovens que chegam à etapa final da educação básica.

As mudanças também ocorrem no modelo de oferta. A participação das matrículas de ensino médio em tempo integral cresceu nos últimos anos. Em 2025, 22,8% das matrículas estavam nessa modalidade, percentual que chegou a 24,8% na rede pública. O Ensino Profissional e Tecnológico

reunia 21,5% das matrículas brasileiras do ensino médio.

Para Cintia Lapa, a resposta para os desafios da etapa precisa combinar diferentes frentes. “É preciso conciliar recuperação de aprendizagem, apoio socioemocional e formação digital crítica, para que o ensino médio seja uma etapa que realmente abre caminhos para o futuro dos jovens”, afirma.

O cenário, portanto, mudou. O Brasil tem hoje

mais jovens no ensino médio, índices menores de abandono e reprovação e uma proporção maior de estudantes que chega à conclusão da etapa. O desafio seguinte é fazer com que esse avanço não se limite ao fluxo escolar. Para os estudantes que entram no ensino médio, concluir ainda precisa significar aprender, desenvolver competências e encontrar na escola condições para seguir os estudos ou ingressar no mundo do trabalho.





**Herivelto Nunes**  
herivelto.nunes.57@outlook.com

# Dirigentes goianos criticam o fim da operação das bets

Os dirigentes dos três principais clubes goianos (Atlético, Goiás e Vila Nova) criticaram fortemente a Medida Provisória editada pelo governo federal em setembro de 2026, que proíbe as apostas de quota fixa (as bets), apontando prejuízos financeiros severos, criticaram duramente a medida e defenderam que o Governo deveria respeitar os contratos de patrocínio vigentes e as placas de publicidade já acordadas. Argumentaram ainda que a discussão ocorre em momento eleitoral com o intuito de causar efeito político, sem um estudo prévio adequado com os envolvidos no esporte.

Hugo Jorge Bravo, vice-presidente do Vila Nova,



**Hugo Bravo: queda de 30% a 40% no orçamento do Vila**

afirmou que o corte abrupto nas receitas de apostas representa uma queda de 30% a 40% no orçamento total do clube. Alertou que a situação financeira pode desestabilizar o fluxo de caixa do Vila Nova e gerar atrasos no pagamento



**Adson Batista: medida eleitoreira**

de salários, numa reta final de campeonato em que o clube está muito próximo de alcançar sua maior conquista, que é o acesso inédito à elite do futebol brasileiro. Hugo Bravo classificou a MP como medida eleitoreira e argumentou que a



**Paulo Rogério Pinheiro: Goiás também é contra o fim das bets**

proibição repentina não resolve os problemas estruturais ou de vício associados aos jogos.

Adson Batista criticou duramente a medida e defendeu que o governo deveria respeitar os contratos de patrocínio vigentes e as placas

de publicidade já contratadas. Argumentou que a Medida Provisória é mais uma tentativa impensada do governo federal para evitar uma derrota no processo eleitoral do próximo final de semana. A iniciativa pode levar muitos clubes à insolvência financeira, se a medida não for revogada ou não se encontrar alternativas imediatas para solucionar o problema.

O Goiás Esporte Clube integrou o movimento de insatisfação do futebol nacional que optou por boicotar reuniões com o Governo Federal após publicação da Medida Provisória. Os dirigentes esmeraldinos apontam a incoerência na tentativa de diálogo do governo após a decretação da proibição, que impacta diretamente o patrocínio do clube. No Goiás, o impacto potencial envolve um dos maiores contratos comerciais já anunciados pelo clube, com vigência até o final de 2026.

## Clubes buscam alternativas para o fim dos sites de apostas

“Nos melhores momentos da história do futebol brasileiro não existiam bets... Os clubes que se virem, nós já aprovamos a lei que os clubes podem virar empresa, agora é preciso colocar gente de competência para (administrar) a empresa”, disse Lula nesta semana.

Uma reunião convocada pelo governo para ouvir demandas dos times de futebol na última terça-feira foi adiada, ainda sem previsão de nova data. Uma fonte de um dos Ministérios envolvidos no debate disse que ações de apoio ao setor, como uma eventual linha de crédito subsidiada, apenas serão consideradas após esse diálogo.

A medida provisória assinada pelo presidente na sexta-feira da semana passada, a nove dias do primeiro turno eleitoral, proíbe a operação das bets, que nos últimos anos entraram com força no financiamento do futebol brasileiro. O texto inclui vedação imediata de novos aportes por apostadores e exigência de que todos os sites e aplicativos saiam do ar no país a partir de 6 de outubro.

bro. Pesquisa Quaest divulgada nesta semana apontou que 62% dos brasileiros apoiam a restrição das apostas online no país, contra 32% de posição contrária e 6% que não souberam ou não responderam.

Os times da Série A do Campeonato Brasileiro receberam R\$ 1 bilhão em receitas diretas de publicidade das casas de apostas online em 2025, uma alta de 67% em relação ao ano anterior, segundo levantamento da Consultoria Convocados e da gestora de investimentos em esportes Outfield. O montante representa quase 10% do faturamento recorrente total dos clubes. A perda final é ainda maior porque há outras receitas relacionadas às bets, como anúncios nos estádios e cotas de transmissão dos jogos, hoje também maciçamente financiadas pelas casas de apostas.

### Golpe fatal

Os clubes serão forçados a buscar alternativas para cobrir esse rombo no curto prazo, incluindo não apenas uma redução de investimentos, mas também negociações comerciais, que terão de tocar

agora em posição de maior fragilidade. “Começa a ter uma reação em cadeia: o clube é obrigado a vender jogadores e os valores começam a cair, jogadores com contratos a serem renovados podem permanecer com salários menores, e as contratações tendem a não acontecer com os valores habituais”. A expectativa é que ao longo do tempo haja uma redução de custos com o ajuste de contas que os clubes serão obrigados a fazer, combinada a uma recuperação parcial de receitas por meio de parcerias com outras empresas, ainda que em volume menor do que com as bets.

Por se tratar de medida provisória, a norma do governo tem validade imediata, mas depende de posterior validação do Congresso Nacional, onde bets e clubes prometem atuar para derrubar ou modificar a medida. Companhias de apostas online já acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a proibição, alegando que não haveria urgência que justificasse a edição da medida provisória pelo governo.

Federações estaduais de futebol, incluindo as de São Paulo e do Rio de Janeiro, assinaram na semana passada uma carta na qual apontam “enorme preocupação” com a proibição dos jogos online, no que classificaram como “um golpe fatal para o futebol brasileiro” e que levaria os clubes à insolvência. “O torcedor não pode pagar essa conta. Se acabar com o mercado regulado, as apostas não acabam. O futebol é quem acaba”, dizia o documento.

A proibição foi implementada de forma abrupta, sem prazo de adaptação e rompendo um diálogo que vinha sendo feito entre empresas e o governo para aprimorar a regulação do setor. Além dos patrocínios, parte dos recursos recolhidos com a tributação das bets tem um direcionamento obrigatório para áreas específicas, incluindo o Ministério do Esporte e comitês esportivos. Cerca de R\$ 174 milhões foram previstos para direcionamento ao futebol entre janeiro e julho deste ano, segundo o Escritório Nacional de Rateio, associação que centraliza a distribuição dos recursos.

O presidente do Flamengo, Luiz Eduardo Baptista, disse a jornalistas que o impacto nas receitas do clube pode alcançar R\$ 400 milhões em 2027, entre efeitos diretos e indiretos. “Isso por si só faz com que o Flamengo não consiga honrar os compromissos que assumiu para o ano que vem”, afirmou. O clube carioca ingressou no STF na última terça-feira com um pedido para reforçar o processo contra a medida do governo. Na petição, a equipe disse que terá “prejuízo certo, imediato, quantificado e irreversível” e defendeu que haja uma decisão em no máximo uma semana, antes que entre em vigor a proibição total das apostas no país.

Mantida a proibição, clubes deverão buscar novas parcerias, enquanto setores já se movimentam e tratam a medida como oportunidade. Em publicação nas redes sociais, o CEO da farmacêutica Cimed, João Adibe Marques, comentou a proibição e afirmou que essa “é a nossa chance, a gente sempre teve o sonho de patrocinar todos os clubes do Brasil”.



**Nos melhores momentos da história do futebol brasileiro não existiam bets... Os clubes que se virem, nós já aprovamos a lei que os clubes podem virar empresa, agora é preciso colocar gente de competência para (administrar) a empresa.**

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República